

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - 1º SEMESTRE DE 2013

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, considerando as alterações e os normativos decorrentes da lei.

A POUPEX, que é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados.

Conjuntura Econômica

A presente conjuntura tem como fonte básica informações divulgadas em relatórios do Banco Central do Brasil - BACEN, Ministério da Fazenda - MF e Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, e apresenta como ponto de corte o Relatório FOCUS, de 8 de julho de 2013.

No cenário econômico mundial, não houve mudanças importantes neste primeiro semestre de 2013, mantendo-se, em linhas gerais, as tendências observadas ao longo de 2012. A atividade econômica continua evoluindo em ritmo lento com inflação baixa nos principais mercados. Nos Estados Unidos da América, a economia apresenta desemprego elevado com as expectativas inflacionárias ancoradas na meta de 2% ao ano. Na China, o crescimento econômico dá sinais de desaceleração.

A Europa vem dando sinais que o fim da crise não se dará em curto prazo. O Continente Europeu permanece utilizando fórmulas que não reduziram a crise e que provocaram, em outras partes do mundo, grande retração da atividade econômica. Na Ásia, o Japão promove uma forte expansão monetária para acompanhar a desvalorização cambial dos EUA e da Europa.

Na América Latina, a situação também não é animadora, com a Argentina, principal parceira do Brasil no continente, tendo problemas graves de inflação e câmbio, além de outros países que enfrentam dificuldades econômicas e políticas. Esse quadro de crise que assola boa parte do mundo deverá resultar em dificuldades para o Brasil no corrente ano. A situação tende a se agravar caso o crescimento econômico da China, principal parceiro comercial do Brasil, continue dando sinais de desaceleração.

Da mesma forma que na economia mundial, os indicadores de atividade econômica brasileira, nos primeiros meses de 2013, reforçaram o quadro de crescimento moderado que se observava desde meados de 2012. Apesar da leve retomada de alguns setores produtivos, o ritmo de crescimento do PIB ainda permanece abaixo das expectativas. A agropecuária foi o grande componente positivo do PIB no primeiro trimestre. Já o setor de serviços teve uma leve desaceleração, mas ainda com contribuição positiva para o PIB. A indústria teve resultado ruim, contribuindo negativamente para o produto interno. Segundo o Relatório FOCUS de 8 de julho, a expectativa é que o PIB feche o ano com crescimento de 2,34% e a inflação para o fim do período fique em 5,81%.

A inflação é um indicador que preocupa o governo, por ter ultrapassado o centro da meta (4,5%) e até o momento não ter acenado com sinais de recuo. De acordo com o BACEN, os índices apontam para um reajuste descentralizado de preços, o que significa que a inflação está ressurgindo de forma consistente em praticamente todos os segmentos da economia. Para responder ao aumento do índice inflacionário, o BACEN iniciou um ciclo de aperto monetário, anunciando aumentos da taxa básica de juros nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária - COPOM, levando seu percentual para 8,5%. Em janeiro de 2013, a taxa era de 7,25%.

Quanto ao consumo doméstico, surpreenderam o bom desempenho apenas das vendas de veículos e de materiais de construção. Entretanto, mesmo assim, o Índice de Confiança do Consumidor - ICC, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, continua em constante queda desde 2012, alcançando em junho o menor patamar desde março 2012; manteve-se inferior à média histórica pelo quarto mês consecutivo.

Para explicar este comportamento menos dinâmico do consumo, dois fatores foram preponderantes. Primeiro, o nível já relativamente elevado de endividamento das famílias e de comprometimento da renda com o pagamento das dívidas. Segundo, a inflação persistente e disseminada, que reduz os ganhos reais da renda e aumenta o grau de incerteza, gerando um comportamento mais defensivo por parte dos consumidores. Pode-se ponderar também que o crédito imobiliário foi a única modalidade que cresceu a taxas expressivas, sendo provável que os indivíduos estejam dando preferência a esse negócio (mais barato e de mais longo prazo) e limitando o endividamento para o consumo.

Quanto à inadimplência no Sistema Financeiro Nacional - SFN, que corresponde à participação das operações com atraso superior a noventa dias, houve estabilidade no primeiro semestre de 2013, ficando em 3,6% do total do crédito.

Quanto ao mercado de trabalho, houve certa acomodação por conta da desaceleração do consumo das famílias, apesar da trajetória de crescimento moderado da economia. Entretanto, a perspectiva para o ano de 2013 ainda permanece favorável. O comércio varejista apresentou queda média de 1,6% na clientela, em junho, se comparado a maio, segundo mostra a pesquisa Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio. Comparado a junho do ano passado, a atividade do setor cresceu 0,9% em média. Na avaliação dos economistas da Serasa Experian, "a onda de protestos ocorrida em várias cidades do país durante o mês de junho afetou os consumidores das lojas". Esses analistas também apontaram como efeito negativo a elevação dos juros e a "queda dos níveis de confiança dos consumidores".

Desempenho POUPEX

O primeiro semestre de 2013 foi marcado pelo início e também pela continuidade de muitos projetos internos. Foi iniciado o Projeto de Gestão Documental, que tem por objetivo mapear, catalogar e dar a devida destinação aos documentos, com critérios de higienização e prazo adequado de guarda, além de preservar a memória da instituição.

Foi contratada consultoria especializada no desenvolvimento dos sistemas de cobrança, para o Financiamento Imobiliário, além do desenvolvimento de sistemas para gestão das vendas dos empreendimentos aqui comercializados e também para gestão da concessão do crédito Imobiliário.

Também foi adquirida neste primeiro semestre uma solução de *Enterprise Resource Planning* - ERP para integração dos sistemas da instituição, a fim de facilitar a gestão. O Projeto Integrar, como foi denominada a implantação desse sistema, será estendido até setembro de 2014.

Outra novidade foi o desenvolvimento de aplicativo que permite o cadastramento de currículo, por candidatos a vaga na instituição, diretamente pela internet, no site da POUPEX. Esta nova iniciativa facilitará o processo seletivo de profissionais, além de permitir ao candidato atualizar o seu currículo sempre que necessário, por meio do acesso que terá após o cadastramento de senha.

Em relação aos projetos em andamento, está previsto o encerramento da revisão do Plano de Cargos, Carreiras e

Salários - PCCS para o segundo semestre.

Outro projeto em desenvolvimento consiste na instalação da Telefonia IP, dos Ramais IP e da Rota de Menor Custo nos Pontos de Atendimento, reduzindo custos de ligações e promovendo outras facilidades. Até 30 de junho, 37 Pontos de Atendimento já contavam com tais facilidades.

Prossegue, também, a ampliação do Business Intelligence - BI, com o desenvolvimento de módulos contendo informações diversas utilizadas pelas Unidades Técnico Administrativas - UTA, visando a facilitar a recuperação tempestiva desses dados. Foi contratada empresa de consultoria especializada para auxiliar no referido desenvolvimento.

Em relação aos resultados, a POUPEX apresentou lucro líquido de R\$ 23,325 milhões, resultado 24,35% maior do que o registrado em igual período de 2012. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 9,74% a.a. As receitas atingiram R\$ 227,525 milhões, com incremento de 9,82% em relação do segundo semestre de 2012 e as despesas aumentaram 1,63%, em relação ao segundo semestre de 2012, alcançando R\$ 204.200 milhões.

Seu patrimônio líquido neste primeiro semestre foi de R\$ 4.070.839 mil, com aumento de 7,09% em relação a dezembro de 2012 e 16,93% em 12 meses. Na mesma comparação, os ativos atingiram R\$ 4.594.086 mil, com incremento de 1,27% na comparação com dezembro de 2012 e 11,86% em 12 meses.

Sua participação no capital da Companhia Brasileira de Securitização - CIBRASEC é de 9,0905%, mantendo-se o mesmo na comparação com o segundo semestre de 2012.

A caderneta de poupança POUPEX bateu recorde de captação líquida positiva no primeiro semestre de 2013, com R\$ 153,692 milhões. A maior captação anterior para o mesmo período ocorreu em 2007, no valor de R\$ 96.020 milhões. Os recursos dos associados poupadores, em 30 de junho de 2013, somavam R\$ 3.554.754 mil, evidenciando aumento de 7,44% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.308.720 mil). No último dia do mês de junho, havia 1,507 milhão de associados à poupança POUPEX, quantidade 3,007% maior que a registrada em 31 de dezembro de 2012 (1,463 milhão).

Uma boa notícia para o mercado, que abrangeu a Associação, foi a ampliação da cobertura dos saldos em poupança, pelo Fundo Garantidor de Crédito, de R\$ 70 mil para R\$ 250 mil, por CPF. Assim, os poupadores da POUPEX terão mais tranquilidade para aplicação nesta modalidade de investimento.

De janeiro a junho, foram concedidos 2.438 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário. O montante contratado alcançou R\$ 163,426 milhões na POUPEX, o que representa 6,99% a menos do volume no mesmo período de 2012 e 14,04% a mais se comparado com o semestre anterior. As contratações foram distribuídas da seguinte forma: R\$ 74 milhões na linha de material de construção e R\$ 85 milhões para aquisição ou construção de imóveis. A Associação liberou, ainda, recursos da ordem de R\$ 4 milhões à construção civil para produção de imóveis residenciais (Plano Empresário).

A carteira de financiamentos imobiliários registrou, em 30 de junho de 2013, saldo de R\$ 994.631 mil, volume 7,37% menor que o apresentado ao final do ano passado. A maior contribuição para redução do saldo decorreu de quitações antecipadas de contratos de financiamentos. Já o saldo das provisões para o risco dos financiamentos imobiliários, no mesmo período, era de R\$ 68 milhões, valor 75% maior que o registrado em dezembro/2012. O ajuste decorreu de reclassificações nos níveis de risco de contratos desequilibrados que se encontravam no nível "AA" até "D" para o nível "E", tal qual orientado pelo Banco Central.

A POUPEX se faz presente em todo Território Nacional com agências próprias e unidades de atendimento da FHE ou do Banco do Brasil - BB. Seus associados contam com mais de doze mil pontos de atendimento, dentre os citados, distribuídos por todas as unidades da Federação. A parceria com o BB permite aos associados contar com todas as facilidades para movimentações e transações oferecidas pelo banco. Além dos pontos de atendimento, os clientes contam ainda com atendimento personalizado oferecido pelo Centro de Relacionamento próprio da POUPEX, que visa auxiliar os clientes em dúvidas sobre produtos e serviços, e no tratamento de demandas pontuais.

Conta também com Ouvidoria, o que permite ao cliente sugerir, elogiar, reclamar e denunciar situações diversas, com a garantia de que terá total atenção da instituição. Esta prática, além de uma exigência do BACEN, permeia as orientações do Código de Defesa do Consumidor - CDC e representa o respeito para com o seu cliente.

Ainda almejando melhorar o relacionamento com seus clientes, proporcionando mais conforto e facilitando o acesso, determinadas agências da POUPEX e pontos de atendimento da FHE estão sendo revitalizados, com alguns deles já tendo suas obras concluídas.

O sucesso dos negócios da POUPEX está diretamente relacionado à credibilidade alcançada ao longo dos seus mais de 30 anos de atuação, à sua eficiência administrativa e à dedicação de seus empregados. Todas as atividades e as relações com os clientes, parceiros e fornecedores foram geridas de forma ética e transparente, garantindo responsabilidade social. Assim, preocupada sempre com a excelência técnica de seus funcionários, a POUPEX investe gradualmente na capacitação dos empregados. Como prova disso, considerando seu ramo de atuação voltado para o SFH, a instituição contava, no primeiro semestre de 2013 com 39 especialistas em crédito imobiliário. Da mesma forma, sob a ótica da qualidade de vida, investe em iniciativas que promovem o bem estar e auxiliam na melhora da saúde dos empregados, como a ginástica laboral e o clube de corrida.

Ao final do primeiro semestre, seu quadro de funcionários era formado por 1.243 empregados, 69 estagiários e 42 jovens aprendizes. Como prova de sua constante preocupação com a responsabilidade social, para esse último universo de colaboradores a Associação desenvolve iniciativas com o objetivo de contribuir para a melhoria da realidade das comunidades menos favorecidas, participando de programas que preparam jovens para o mercado de trabalho. Destaque para o Programa de Aprendizagem, que beneficia jovens estudantes entre 14 e 18 anos, preferencialmente integrantes das parcelas mais carentes da população e o Programa de Estágio Profissionalizante remunerado, destinado aos jovens estudantes.

Ainda, dentro do enfoque social, a POUPEX incentiva os seus empregados a participarem de campanhas beneficentes, como voluntários ou por intermédio da arrecadação de material de higiene pessoal, de limpeza, brinquedos, roupas e outros, para doação às instituições de assistência previamente selecionadas. Além de também apoiar financeiramente projetos sociais, atletas e instituições.

Os números mencionados e as ações implantadas demonstram o compromisso da POUPEX em continuar trabalhando e oferecendo as melhores soluções para seus clientes e empregados.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2013 E 30/06/2012 (Em milhares de Reais)					
	Recursos dos associados	Reserva de lucros (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2011	2.935.561	468.275	(1.166)	-	3.402.670
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	396	-	396
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	85.177	-	-	-	85.177
Atualização	8.673	-	-	-	8.673
Captação líquida do semestre	(34.249)	-	-	-	(34.249)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	18.758	18.758
Saldo em 30/06/2012	2.995.162	468.275	(770)	18.758	3.481.425
Mutações do semestre	59.601	-	396	18.758	78.755
Saldo em 31/12/2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	300	300
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(196)	-	(196)
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	92.334	-	-	-	92.334
Atualização	7	-	-	-	7
Captação líquida do semestre	153.692	-	-	-	153.692
Lucro líquido do semestre	-	-	-	23.325	23.325
Saldo em 30/06/2013	3.554.754	493.287	(827)	23.625	4.070.839
Mutações do semestre	246.033	-	(196)	23.625	269.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2013 E 30/06/2012 (Em milhares de Reais)			
	1º Semestre 2013	1º Semestre 2012	
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro líquido	23.325	18.758	
Ajustes ao lucro líquido	32.137	39.823	
Provisão para operações de crédito	33.482	34.900	
Despesas para contratos desequilibrados	-	4.689	
Provisão para perdas	2.135	-	
Provisão para perdas - FCVS	42	202	
Depreciações/amortizações	2.161	1.223	
Desvalorizações de bens não de uso próprio	-	33	
Resultado credor na incorporação de bens	-	(5)	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(5.704)	(1.254)	
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	21	35	
Variações patrimoniais	(16.680)	17.639	
Aumento em ativos operacionais	15.096	36.534	
Aumento de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	(44.850)	(11.119)	
Aumento de repasses interfinanceiros	(31.491)	(21.972)	
Alienação de bens não de uso próprio	1.276	1.566	
Aquisição de bens não de uso próprio	(1.155)	(705)	
Baixa de provisão para perdas - FCVS	(327)	(55)	
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	(770)	(6)	
Aumento/redução aplicações interfinanceiras de liquidez	51.772	120.496	
Aumento/redução de FGTS a ressarcir	(32)	68	
Aumento de FCVS	(8.221)	(6.794)	
Redução/aumento de operações de crédito	56.251	(43.062)	
Aumento de outros créditos	(7.419)	(2.917)	
Redução de outros valores e bens	258	638	
Ajustes de avaliação patrimonial	(196)	396	
Redução/aumento em passivos operacionais	(31.776)	(18.895)	
Redução em outras obrigações	(31.776)	(18.895)	
Caixa gerado pelas operações	38.782	76.220	
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
Aumento de títulos e valores mobiliários	(146.023)	(59.083)	
Aquisição de imobilizado de uso	(2.347)	(3.723)	
Aquisição de ativos intangíveis	(2.939)	-	
Aquisição de obras em andamento	(694)	-	
Redução de juros/dividendos recebidos	77	865	
Ajuste de períodos anteriores	300	-	
Caixa utilizado pelas atividades de investimento	(151.626)	(61.941)	
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento de recursos de associados poupadores	246.033	59.601	
Redução/aumento de depósitos	(179.973)	128.843	
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	66.060	188.444	
Redução/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(46.784)	202.723	
Modificação na posição financeira			
Disponibilidades			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.691.408	1.235.652	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.644.624	1.438.375	
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46.784)	202.723	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)			
	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Ativo circulante		3.444.922	2.980.137
Disponibilidades	3.b e 4	492	230
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	1.546.947	1.343.714
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.546.947	1.343.714
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	399.219	267.884
Carteira própria		399.219	267.884
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.203.260	1.035.519
Créditos vinculados:		711.907	605.799
Depósitos no Banco Central		711.794	605.565
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		113	234
Repasse interfinanceiros		491.353	429.720
Operações de crédito	3.f e 8	250.593	295.024
Operações de crédito		261.564	332.403
Setor público		-	26.342
Setor privado		261.564	306.061
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(10.971)	(37.379)
Outros créditos	9	43.711	36.933
Rendas a receber		70	73
Diversos		43.641	36.860
Outros valores e bens	3.g e 10	700	833
Outros valores e bens		485	682
(Provisões para desvalorizações)		(250)	(328)
Despesas antecipadas		465	479
Ativo não-circulante		1.149.164	1.095.429
Ativo realizável a longo prazo		1.121.158	1.076.305
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	183.412	104.354
Carteira própria		183.412	104.354
Relações interfinanceiras	3.e e 7	184.341	178.703
Créditos vinculados:		184.341	178.703
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		184.341	178.703
Operações de crédito	3.f e 8	746.718	786.697
Operações de crédito		803.576	854.223
Setor público		-	3.534
Setor privado		803.576	850.689
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(56.858)	(67.526)
Outros créditos	9	5.011	5.182
Diversos		5.011	5.182
Outros valores e bens	3.g e 10	1.676	1.369
Outros valores e bens		1.199	1.369
Despesas antecipadas		477	-
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	13.158	11.314
Imóveis de uso		5.049	5.049
Outras imobilizações de uso		21.848	18.603
(Depreciações acumuladas)		(13.739)	(12.338)
Intangível	3.j e 13	7.038	-
Ativos intangíveis		8.537	-
(Amortização acumulada)		(1.499)	-
		4.594.086	4.075.566
Passivo circulante		523.247	594.141
Depósitos	14	436.156	499.346
Depósitos a prazo		436.156	499.346
Outras obrigações	15	87.091	94.795
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		3	-
Fiscais e previdenciárias	15.a	40.044	36.034
Diversas	15.b	47.044	58.761
Patrimônio líquido		4.070.839	3.481.425

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO SEMESTRES FIMOS EM 30/06/2013 E 30/06/2012
(Em milhares de Reais)

	1º Semestre		1º Semestre	
	2013	%	2012	%
1 - Receitas	188.917		194.999	
1.1 - Intermediação financeira	186.973		192.799	
1.2 - Prestação de serviços	1.601		1.672	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(33.482)		(34.900)	
1.4 - Outras	33.825		35.428	
2 - Despesas de intermediação financeira	113.689		114.478	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	15.109		26.001	
3.1 - Materiais, energia e outros	8.700		13.914	
3.2 - Serviços de terceiros	1.954		2.127	
3.3 - Outras	4.455		9.960	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.307		626	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	3.082		9.278	
3.3.3 - Despesas não operacionais	66		56	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	60.119		54.520	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	2.161		1.223	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	57.958		53.297	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	618		86	
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	618		86	
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	58.576	100,00	53.383	100,00
9 - Distribuição do valor adicionado	58.576	100,00	53.383	100,00
9.1 - Pessoal	24.499	41,82	22.984	43,05
9.1.1 - Remuneração direta	17.455		16.370	
9.1.2 - Benefícios	5.141		4.769	
9.1.3 - F.G.T.S	1.903		1.845	
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	10.429	17,80	11.463	21,47
9.2.1 - Federais	10.278		11.328	
9.2.2 - Estaduais	22		19	
9.2.3 - Municipais	129		116	
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	323	0,55	178	0,33
9.3.1 - Aluguéis	323		178	
9.4 - Remuneração de capitais próprios	23.325	39,82	18.758	35,14
9.4.1 - Lucros retidos/prejuízos do exercício	23.325		18.758	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2013

1 - A instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.

A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião de 20 de agosto de 2013.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), provisão para perdas do FCV (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo, trimestralmente.

d. Reclassificação nas demonstrações contábeis de 30/06/2012

A POUPEX possui na data-base de 30 de junho de 2013 o montante aproximado de R\$ 146.008 mil (R\$ 174.381 mil, em 30 de junho de 2012) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas por legislação.

A provisão para perdas sobre o montante das parcelas chamadas "desequilibradas" estavam sendo registradas no passivo exigível, considerando a prática de conceder descontos para liquidação das referidas parcelas, configurando assim, uma obrigação construtiva nos termos da Resolução CMN nº 3.823/2009 (Outras obrigações – Diversas), sem prejuízo do cálculo e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa desses mesmos contratos nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E" tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos com essa característica, o que implicou o estorno da provisão anteriormente registrada no passivo e o simultâneo registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa classificada como conta retificadora da carteira de operações de crédito no ativo.

Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E" desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CMN nº 4.007/2011 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 23, descriminamos a seguir as reclassificações efetuadas nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2012 para melhor comparabilidade com as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2013.

d.1 Balança patrimonial

	30/06/2012	30/06/2012
	Publicado	Valores (Reclassificado)
Ativo		
Operações de Crédito		
(Provisão para operações de crédito)	(73.576)	(31.329)
Passivo		
Outras obrigações		
Diversas	90.090	(31.329)

d.2. Demonstração do resultado

	30/06/2012	30/06/2012
	Publicado	Valores (Reclassificado)
Despesas da intermediação financeira		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.571)	(31.329)
Outras receitas/despesas operacionais		(34.900)
Outras receitas operacionais	1.306	31.329

d.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

	30/06/2012	30/06/2012
	Publicado	Valores (Reclassificado)
Ajuste ao lucro líquido		
Provisão para operações de crédito	3.571	31.329
Redução em passivos operacionais		
Outras obrigações	12.434	(31.329)

d.4. Demonstrações do valor adicionado

	30/06/2012	30/06/2012
	Publicado	Valores (Reclassificado)
1 - Receitas		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(3.571)	(31.329)
Outras	4.099	31.329

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério "pro rata die", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068/2001. A Entidade não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis.

i. Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda" – até a sua realização por venda.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

a. Fundos de investimentos

A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela ANBIMA e SND - Sistema Nacional de Debêntures, respectivamente, os CDBs pelo mesmo critério descrito no item anterior. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor da cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

b. Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela curva de cupom de TR divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados pro rata temporis, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCV, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º do art. 4º da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	30/06/2013	30/06/2012
Disponibilidades	492	230
Caixa	11	7
Depósitos bancários	481	223
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	1.644.133	1.438.145
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.644.625	1.438.375

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	30/06/2013	30/06/2012
CDI	Banco do Brasil S.A	1.359.821	1.019.723
CDI-PÓS	Banco Bradesco S.A.	0	154.962
CDI-PÓS	Caixa Econômica Federal	95.604	50.559
CDI-PÓS	Banco Daycoval S.A.	4.028	–
CDI-PÓS	Banco Pine S.A.	6.020	–
CDI-PÓS	Banco Safra S.A.	64.236	44.234
CDI-PÓS	Banco Votorantim S.A.	0	49.757
CDI-PÓS	Paraná Banco S.A.	7.036	–
Fundo	BB Pólo VII	106.313	117.772
Fundo	BB CP 600 mil	1.056	1.110
Fundo	BB CP 200	19	28
Total		1.644.133	1.438.145

A remuneração média anualizada do 1º semestre de 2013 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: 6,97% a.a. para a aplicação no Banco do Brasil indexado ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 7,27% a.a. para a aplicação nos demais Bancos indexada ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 7,06% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição

	30/06/2013	30/06/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.546.947	1.343.714
Não ligadas	1.546.947	1.343.714
Total	1.546.947	1.343.714
Ativo circulante	1.546.947	1.343.714

Vencimento em dias

	0-30	31-90	181-365	Total	%
CDI-OVER	1.359.821	–	–	1.359.821	87,9
CDI-PÓS	78.823	98.101	10.202	187.126	12,1
Total	1.438.644	98.101	10.202	1.546.947	100,0

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2013	2012
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	55.746	62.252
Total	55.	

Vencimento em dias	30/06/2013				30/06/2012					
	Total				Total					
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por carteira	117.135	247.682	34.402	184.238	583.457	583.109	(348)	373.007	373.656	649
Carteira própria	117.135	247.682	34.402	184.238	583.457	583.109	(348)	373.007	373.656	649

	30/06/2013			30/06/2012		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Por carteira	399.219	183.412	582.631	267.884	104.354	372.238
Carteira própria	399.219	183.412	582.631	267.884	104.354	372.238

	30/06/2013	30/06/2012		
Por categoria				
Títulos disponíveis para venda	113.611	19%	125.732	34%
Títulos mantidos até o vencimento	469.019	81%	246.506	66%
Valor contábil da carteira	582.630	100%	372.238	100%
Marcação a mercado	479		1.418	
Valor de mercado da carteira	583.109		373.656	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes:

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relativamente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

Operações pré-fixadas

O valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.

Operações pós-fixadas

São marcadas a mercado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data-base do balanço.

b. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2013	2012
Títulos de renda fixa	15.767	10.204
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	4.059	5.499
Total	19.826	15.703

c. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 1º semestre de 2013, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7. Relações interfinanceiras

a. Composição

	30/06/2013	30/06/2012
Créditos vinculados	896.248	784.502
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	711.794	605.565
SFH - FGTS a ressarcir	113	234
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	184.341	178.703
Principal com opção pela novação	230.133	214.475
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	(11.090)	(10.459)
(-) Provisão para perdas	(34.702)	(25.313)
Repasses interfinanceiros	491.353	429.720
Devedores por repasses de outros recursos	491.353	429.720
Total	1.387.601	1.214.222

Classificação do ativo

Circulante	1.203.260	1.035.519
Não circulante	184.341	178.703
Total	1.387.601	1.214.222

b. Banco Central - Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimento obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta "6.2.1.00.00-3 APE - Recursos de Associados". A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento).

c. SFH - Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 34.702 mil (R\$ 25.313 mil em 30 de junho de 2012) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face de o Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH - ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente - MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa 3.e).

Situação da Carteira	30/06/2013	30/06/2012
Não habilitados (i)	19.958	16.459
Habilitados e não homologados (ii)	3.501	11.696
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	27.548	26.451
Habilitados e homologados (iv)	146.561	138.721
Negativa de cobertura (v)	23.692	20.339
Outros	7.311	182
Total	228.571	213.848

(i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 10.962 mil a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos, estão sendo imputados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais - MNPO/FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasso Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	1º semestre	
	2013	2012
Créditos Vinculados ao Banco Central (i)	19.000	19.411
Juros de encaixe obrigatório	19.000	19.411
Desvalorização de Créditos Vinculados	(2.136)	-
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (ii)	6.723	6.796
Repasso interfinanceiro	16.195	18.795
Total	39.782	45.002

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados.

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira por modalidade

	30/06/2013	30/06/2012
Operações de Crédito	1.065.140	1.186.626
Empréstimos	2.888	9.687
Capital de giro	1.254	8.136
Empréstimo com garantia hipotecária	1.634	1.551
Financiamentos Imobiliários	1.062.252	1.176.939
Financiamentos - Habitação	921.503	993.580
Financiamentos - Construção	140.749	183.359
Total da carteira de crédito	1.065.140	1.186.626
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.829)	(104.905)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.829)	(104.905)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	997.311	1.081.721
Total circulante	250.593	295.024
Total não circulante	746.718	786.697

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										
Operações em curso normal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	3.793	8.937	34	16	5	2.798	2	-	8	15.593
Até 060	11.916	9.004	31	11	5	1.057	2	-	8	22.034
Até 090	2.876	8.554	31	11	5	683	2	-	8	12.170
Até 180	9.350	24.510	91	31	14	5.191	5	1	24	39.217
Até 360	106.972	45.577	298	58	26	5.696	10	2	45	158.684
Superior 360	314.069	318.123	1.177	544	90	106.087	167	21	343	740.621
Vencidas										
Até 014	-	359	12	-	-	6	-	-	1	378
Subtotal	448.976	415.064	1.674	671	145	121.518	188	24	437	988.697

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										
Operações em curso anormal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	-	83	128	138	60	1.825	24	26	73	2.357
Até 060	-	83	105	115	52	56	199	21	66	697
Até 090	-	83	105	114	50	55	22	21	59	509
Até 180	-	247	309	392	214	1.429	62	62	914	3.629
Até 360	-	485	591	635	337	559	178	234	293	3.312
Superior 360	-	9.774	10.118	10.328	4.865	19.131	2.406	2.608	3.726	62.956
Vencidas										
Até 014	-	-	60	54	28	23	9	3	13	190
Até 030	-	161	66	59	23	24	4	13	24	374
Até 060	-	-	156	155	57	47	14	17	44	490
Até 090	-	-	-	144	61	154	15	19	42	435
Até 180	-	-	-	60	143	99	569	60	99	1.030
Até 360	-	-	-	-	-	56	38	97	191	382
Superior 360	-	-	-	-	-	-	-	-	82	82
Subtotal	-	10.916	11.638	12.194	5.890	23.458	3.540	3.181	5.626	76.443
Total	448.976	425.980	13.312	12.865	6.035	144.976	3.728	3.205	6.063	1.065.140

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										
Operações em curso normal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	14.507	2.170	85	43	48	378	16	4	46	17.297
Até 060	11.362	1.912	78	41	43	257	10	4	39	13.746
Até 090	11.195	1.900	77	41	43	545	10	4	39	13.854
Até 180	55.423	5.624	231	123	129	4.485	30	12	117	66.174
Até 360	171.656	11.784	454	242	254	4.221	59	25	230	188.925
Superior 360	427.377	203.143	9.093	5.188	5.340	117.055	1.420	200	5.242	774.058
Vencidas										
Até 014	-	663	11	15	15	19	6	2	6	737
Subtotal	691.520	227.196	10.029	5.693	5.872	126.960	1.551	251	5.719	1.074.791

Carteira Imobiliária - Operações por Curso										
Operações em curso anormal (*)										
Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	12	105	104	104	69	174	43	51	238	900
Até 060	12	104	89	84	63	249	39	36	146	822
Até 090	12	104	88	84	62	249	39	36	143	817
Até 180	32	311	254	246	184	1.362	115	107	569	3.180
Até 360	11	612	478	462	356	1.705	217	209	1.358	5.408
Superior 360	150	11.980	4.742	7.239	6.183	32.882	3.995	3.577	9.417	80.165
Vencidas										
Até 014	3	2	29	46	46	52	17	12	299	506
Até 030	2	211	84	45	30	166	28	15	171	752
Até 060	5	5	78	104	70	95	32	38	300	727
Até 090	5	5	-	81	70	819	34	34	886	1.934
Até 180	25	15	2	42	99	389	71	489	936	2.068
Até 360	21	27	3	11	2	246	57	70	3.455	3.892

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros, licença de uso de softwares e reforma de imóvel de terceiros.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta de regime especial após esgotados os prazos regulamentares de prorrogação e leilão.

11. Investimentos

Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização - CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810 mil, em 30 de junho de 2013. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida. Não houve indícios ou evidências de que os investimentos estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

12. Imobilizado de uso

a. Composição

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	1º semestre	
				2013	2012
Imobilizado				Líquido	Líquido
Móveis e equipamentos em estoque	–	56	–	56	41
Imobilizações em curso	–	694	–	694	–
Edificações	4	5.049	(546)	4.503	4.705
Móveis e equipamentos em uso	10	3.869	(1.567)	2.302	2.297
Sistema de comunicação	20	433	(142)	291	55
Sistema de processamento de dados	20	16.115	(11.372)	4.743	3.831
Sistema de transportes	20	681	(112)	569	385
Total		26.897	(13.739)	13.158	11.314

	1º semestre 2013				Saldo Final 30.06.2013
	Saldo Inicial 31.12.2012	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos em estoque	–	56	–	–	56
Imobilizações em cursos	–	694	–	–	694
Edificações	4.604	–	–	(101)	4.503
Móveis e equipamentos em uso	2.278	191	(7)	(160)	2.302
Sistema de comunicação	74	242	(1)	(24)	291
Sistema de processamento	3.807	1.858	(13)	(909)	4.743
Sistema de transporte	637	–	–	(68)	569
Total	11.400	3.041	(21)	(1.262)	13.158

	1º semestre 2012				Saldo Final 30.06.2012
	Saldo Inicial 31.12.2011	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos em estoque	–	41	–	–	41
Edificações	1.595	3.210	–	(100)	4.705
Móveis e equipamentos em uso	2.375	100	(11)	(167)	2.297
Sistema de comunicação	32	32	(1)	(8)	55
Sistema de processamento	4.386	345	(23)	(877)	3.831
Sistema de transporte	456	–	–	(71)	385
Total	8.844	3.728	(35)	(1.223)	11.314

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 0,32% (0,33% em 30 de junho de 2012), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

13. Intangível

Refere-se a aquisição de licenças de uso de softwares e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de trinta e seis meses.

Movimentação:

	1º semestre 2012				Saldo Final 30/06/2013
	Saldo Inicial 31/12/2012	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso					
Softwares e Sistemas	4.998	2.939	–	(899)	7.038
Total	4.998	2.939	–	(899)	7.038

14. Depósitos a prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo" compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada à taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

Despesas de captações com depósitos especiais: (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2013	2012
Despesas de captação	18.780	18.390
Depósitos especiais	18.780	18.390
Total	18.780	18.390

15. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2013	30/06/2012
	Impostos e contribuições a recolher	5.557
Provisão para riscos fiscais	34.487	31.108
Total	40.044	36.034

Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1º Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 30 de junho de 2013, o montante de R\$ 34.487 mil (R\$ 31.108 mil em 30 de junho de 2012).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 57.453 mil e ao PIS o de R\$ 2.268 mil. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

b. Diversas

	30/06/2013	30/06/2012
	Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (b.1)	6.301
Obrigações por contribuições ao SFH (b.2)	982	853
Provisão para pagamentos a efetuar (b.3)	26.861	23.486
Provisão para passivos contingentes (b.4)	4.087	10.325
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	530	567
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	820	608
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	2.208	3.343
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	2.054	1.073
Valores sob análise - SICOM	1.384	338
Outros credores	1.817	1.523
Total	47.044	58.761

b.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registram os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	30/06/2013	30/06/2012
	Passivos trabalhistas	271
Poupança	1.875	2.082
Demandas judiciais - Prováveis perdas	–	5.937
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	1.817	1.930
Cobertura de sinistro - Material de construção	100	100
Outros	24	29
Total	4.087	10.325

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Contingências	Saldo em 31/12/2012	Movimentação no semestre Entradas	Saldas Sidas	Saldo em 30/06/2013
	Trabalhistas	247	24	–
Cíveis	3.805	–	(89)	3.716
Sinistro material de construção	100	245	(245)	100
Total	4.152	269	(334)	4.087

Contingências	Saldo em 31/12/2011	Movimentação no semestre Entradas	Saldas Sidas	Saldo em 30/06/2012
	Trabalhistas	247	–	–
Cíveis	10.532	81	(635)	9.978
Sinistro material de construção	100	216	(216)	100
Total	10.879	297	(851)	10.325

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

a. Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos infratratários de poupança.

No 3º trimestre de 2012, a POUPEX efetuou reversão da provisão até então constituída, no valor de R\$ 5.937 mil, que era decorrente de diferença nos valores das prestações de determinadas operações de crédito, objeto de questionamento judicial. Essa provisão passou a ser efetuada por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, na carteira de operações de crédito, para melhor aderência à metodologia de provisionamento das operações de crédito.

b. Provisão para riscos trabalhistas

Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no art. 477, § 8º da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

iii. Passivos contingentes – Risco possível

	Quantidade 30/06/2013	Quantidade 30/06/2012
Condomínio	4	79
Crédito Imobiliário	642	12.555
Empréstimo Simples	18	95
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	32
Material de Construção	12	143
Poupança	299	2.721
Seguro Habitacional	–	–
Trabalhista	2	29
Total	981	15.654

Ações - Condomínio

Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações – Trabalhista

Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas extras.

b.5. Valores transitórios - Sistema PEX – Registram transitivamente os valores de poupança que sensibilarão a conta de poupança no dia seguinte

16. Patrimônio social

O patrimônio social da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	30/06/2013	30/06/2012
Patrimônio líquido	4.070.839	3.481.425
Recursos de associados poupadores	3.554.754	2.995.162
Reservas de lucros	493.287	468.275
Ajustes de avaliação patrimonial	(827)	(770)
Lucros acumulados	23.625	18.758

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2013	2012
Depósitos de poupança	92.341	93.850
FGC	2.568	2.239
Total	94.909	96.089

b. Reserva de lucros

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/2001 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

d. Lucros Acumulados

Representa o lucro auferido no 1º semestre, no valor de R\$ 23.325 mil e mais ajuste de R\$ 300 mil relativo a reequilíbrio de despesas em imobilizações em curso.

17. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Outras receitas operacionais

	1º semestre	
	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	1.426	502
Reversão de outras provisões	–	484
Reversão de imposto de renda	497	–
Reversão de provisões de desequilibrados	29.566	31.329
Rendas de juros sobre capital próprio e dividendos	618	86
Outras rendas	186	234
Total	32.293	32.635

b. Despesas de pessoal

	1º semestre	
	2013	2012
Salários	17.122	16.156
Benefícios	3.821	3.510
Encargos sociais	8.129	7.534
Treinamentos/estagiários	425	291
Total	29.497	27.491

c. Outras despesas administrativas

	1º semestre	
	2013	2012
Despesas de água	21	25
Despesas de aluguel	323	178
Despesas de comunicação	888	2.656
Despesas de manutenção e conservação de bens	656	1.490
Despesas de material	469	520
Despesas de processamento de dados	1.843	2.171
Despesas de promoções e relações públicas	362	677
Despesas de propaganda e publicidade	810	3.011
Despesas de publicações	110	160
Despesas de seguro	11	32
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.410	3.048
Despesas de serviços de terceiros	457	380
Despesas de serviços de vigilância e segurança	10	9
Despesas de serviços técnicos especializados	1.488	1.738
Despesas de transporte	141	144
Despesas de viagens	271	201
Despesas de condomínio	34	21
Despesas com uniformes	499	2
Despesas de fretes	59	27
Despesas com assinaturas diversas	39	33
Despesas de copa e cozinha	138	123
Despesas de consignação	196	155
Despesas de depreciação/amortização	2.161	1.223
Despesas de pequeno vulto	37	35
Outras	34	28
Total	14.467	18.087

d. Despesas tributárias

	1º semestre	
--	-------------	--

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No 1º semestre de 2013, o montante de ressarcimento foi de R\$ 59.892 mil (R\$ 51.887 mil no 1º semestre de 2012).

b. Depósitos - O passivo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou no 1º semestre de 2013 R\$ 4.661 mil (R\$ 1.654 mil, no 1º semestre de 2012).

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:

Contas patrimoniais

	30/06/2013				30/06/2012			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	16.386	-	-	-	13.635	-	-	-
Folha de pessoal	15.288	-	-	-	13.348	-	-	-
Custo de processamento	1.098	-	-	-	287	-	-	-
Operações de crédito	-	-	-	-	26.342	3.534	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos - CICAP (SFH)	-	-	-	-	26.342	3.534	-	-
Depósito especial	-	-	32.628	-	-	-	33.318	-
FHE	-	-	32.628	-	-	-	33.318	-
Total	16.386	-	32.628	-	39.977	3.534	33.318	-

Contas de resultado

	30/06/2013	30/06/2012
Ressarcimento pessoal	53.334	50.124
Ressarcimento TI	6.558	1.763
Rendimentos sobre operações de crédito	-	594
Encargos de captação	(4.661)	(1.654)

As transações com a entidade de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

19. Benefício a empregados (fundo de pensão)

A POUPEX é patrocinadora da POUPEX - Fundação de Seguridade Social que é uma entidade fechada de previdência complementar, criada sob a forma de Fundação sem fins lucrativos. Contando com um único plano, seus benefícios e classificações são distribuídos da seguinte forma:

Plano	Benefício	Classificação
POUPREV - Fundação de Seguridade Social	Aposentadoria por invalidez	Benefício definido
	Pensão por morte	Benefício definido
	Abono anual	Contribuição definida
	Aposentadoria	Contribuição definida

O Fundo tem como objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária complementar, autônomos em relação ao Regime Geral de Previdência Social, voltados a seus participantes e assistidos, observados os respectivos regulamentos.

A Renda de Aposentadoria por Invalidez e a Renda de Pensão por Morte são calculadas pelo regime de "benefício definido" e os demais no regime de "contribuição definida", o que caracteriza o Plano Misto de Benefícios da POUPEX como plano de Contribuição Variável.

As contribuições mensais dos participantes para custeio do plano de benefícios são calculadas em função do Salário de Participação e podem chegar a 8% sendo 4% básica e 4% facultativa. Poderão ser feitas, também, contribuições extraordinárias, destinadas a melhorar o valor dos benefícios, sem contrapartida da Patrocinadora.

O montante das despesas com as contribuições efetuadas somam os seguintes valores:

Despesas - R\$ Mil	
1º semestre	
2013	2012
3.466	3.218

As contribuições patronais previstas não terão, obrigatoriamente, relação paritária com aquelas aportadas pelos respectivos Participantes, sendo que as facultativas somente ocorrerão caso o Participante tenha optado por tal modalidade de contribuição, na forma definida no Plano Anual de Custeio (4% da básica acrescida do percentual variável referente à facultativa).

A Administração da POUPEX contratou atuário externo para calcular o valor das obrigações atuariais dos benefícios de risco, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução nº 1.425/2013, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esse estudo não indicou a necessidade de constituição de quaisquer passivos atuariais.

20. Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gestão de Riscos

Vinculada diretamente à Vice-presidência - VIPRE e segregada da Auditoria Interna e das demais Unidades Técnicas Administrativas - UTAs, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI é a responsável pelo gerenciamento dos riscos.

A POUPEX formaliza suas diretrizes em políticas e instruções normativas documentadas e divulgadas para toda a Instituição e são continuamente revisadas e aperfeiçoadas.

Todas as UTAs estabelecem instrumentos que permitem a mitigação dos riscos na sua área de atuação além de manter a CORCI informada quanto às operações e serviços sob sua gestão.

A Alta Administração é encarregada de definir os níveis de riscos aceitáveis pela Instituição, além de garantir instrumentos adequados à estrutura de gestão de risco para mensurar, avaliar e controlar os riscos, sendo o vice-presidente da POUPEX o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos na POUPEX, acesse o site poupex.com.br <http://www.poupex.com.br/mostraPagina.asp?codServico=156>.

b. Risco de Crédito

A gestão de risco crédito é instituída com o objetivo de garantir a integridade de seus ativos e níveis adequados de riscos e perdas, bem como os resultados esperados dos negócios. Considerando a missão e os valores da Instituição, e com intuito de aumentar a carteira de financiamento imobiliário de forma adequada, a determinação da Administração é facilitar o acesso à casa própria preferencialmente a seus clientes das forças armadas.

Define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a esse tipo de risco.

c. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

O gerenciamento do Risco de Mercado abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.

Os Fatores de Risco - FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas as variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC e IGP-M, além de juros prefixados e cupom de juros, que são calculados de acordo com as Circulares do BACEN Nº 3.361/07 e Nº 3.364/07, respectivamente. Assim, os principais Riscos de Mercado assumidos são em renda fixa.

Os modelos adotados e parametrizados no sistema para medição dos riscos seguem as orientações dadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio de Resoluções, Circulares e Cartas-circulares.

d. Risco de Liquidez

É o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos e honrar suas obrigações. O gerenciamento deste é realizado por meio da análise do histórico do fluxo de caixa.

e. Risco Operacional

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

f. Capital Regulatório

O Patrimônio de Referência - PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Nos termos da Resolução do CMN Nº 3.444/2007, o Patrimônio de Referência - PR é composto basicamente pelo somatório do Capital de Nível I e do Capital de Nível II, com as deduções previstas naquele instrumento normativo.

Patrimônio de Referência PR	30/06/2013	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012
Composição do Patrimônio de Referência - Nível I e Nível II	Exposição		Exposição	
Base de Cálculo - em R\$ mil	(Sem os recursos de poupança no PR)		(Sem os recursos de poupança no PR)	
	Exposição		Exposição	
Patrimônio de Referência Nível I	4.071.666	516.912	3.482.195	487.033
- Patrimônio Líquido	4.070.839	516.085	3.481.425	486.263
- Contas de Resultado Credoras	-	-	-	-
- Contas de Resultado Devedoras	-	-	-	-
- Ajuste de valor de Mercado	(827)	(827)	(770)	(770)
Patrimônio de Referência Nível II	(827)	(827)	(770)	(770)
- Ajuste de Valor de Mercado	(827)	(827)	(770)	(770)
TOTAL DO PR = Nível I + Nível II	4.070.839	516.085	3.481.425	486.263

Índice de Basileia:

No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados, referendada por regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). De acordo com a Resolução CMN nº 3.444/2007 e Resolução CMN nº 3.490/2007, o índice de Basileia da Instituição é apresentado conforme a seguir:

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia	281,97%	257,15%

Para efeito de ilustração, caso o índice de Basileia da Instituição fosse calculado sem a consideração dos recursos de poupança na base de cálculo do Patrimônio de Referência. Caso fosse adotada essa nova metodologia de cálculo para as datas das demonstrações contábeis da Instituição aqui apresentadas, os índices seriam os seguintes:

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia	35,75%	35,92%

DIRETORIA

ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
JAIRO ALVES DOS SANTOS Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	CLAUDIO ROGÉRIO PRIMO Diretor
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
Contadora - CRC/DF 008.116/0-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	LAURO LUIS PIRES DA SILVA Conselheiro
NELSON GONÇALVES DO NASCIMENTO Conselheiro	JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO Conselheiro
TARCISO ALVES DA ROCHA Conselheiro	

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE RISCOS - 2013 - GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a POUPEX tem atuado ao longo do tempo de forma alinhada às melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, contando com a estrutura da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), subordinada diretamente ao Vice-presidente (VIPRE) e sendo independente das Unidades Técnicas Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT).

A CORCI é composta por assessorias que tratam dos controles internos e dos diversos tipos de riscos (operacional, crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas permanentes e efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.

A metodologia adotada pela POUPEX na alocação de capital para risco operacional tem por alicerce o Método Básico, indicador que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.

Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos estão de acordo com a natureza das operações e complexidades dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos e, também, com a realidade do mercado e com as normas definidas pelo BACEN.

Para atender à Resolução Nº 3.988, de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e às determinações de Basileia III, a POUPEX implementou o gerenciamento de capital, tendo o Vice-Presidente como Diretor responsável junto ao Banco Central do Brasil, considerando a sua ascensão sobre a CORCI e a Consultoria Técnica e de Planejamento (COTEP), áreas responsáveis pela construção dos dados e informações a serem disponibilizadas em relatórios de acesso público.

A disseminação da cultura de gerenciamento desses riscos em toda a Instituição, a divulgação das Políticas (disponível na INTRANET) e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupex.com.br).

Brasília - DF, 18 de julho de 2013.

ALDEMIR MENDES DA SILVA
Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS 1º SEMESTRE/2013

A estrutura estabelecida para funcionamento do Sistema de Controles Internos - SCI está ancorada no patrocínio disponibilizado pela Governança da Instituição, que acompanha de perto o que tem sido desenvolvido no âmbito interno, desde seu nascedouro até a apresentação dos resultados finais, passando pelos processos de trabalho e correspondente contabilização.

O SCI atua de forma contextualizada, em observância aos interesses da Instituição e no atendimento das necessidades apresentadas pelos gestores, que são, em última análise, os responsáveis diretos por manter alinhados os procedimentos de acordo com o que é traçado pelo planejamento estratégico da Instituição.

Esse Sistema é constituído por um núcleo, formado pela atuação integrada de quatro áreas distintas, que são a Auditoria Interna - AUDIT, a Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI e a Ouvidoria - OUVID.

A coordenação desse núcleo é de responsabilidade da CORCI, que tem a atribuição de realizar reuniões bimestrais para tratar assuntos relevantes no contexto empresarial, sempre com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento da forma de trabalho e condução das atividades pelas Gerências.

A dinâmica utilizada pelo SCI tem permitido a avaliação dos principais processos da Instituição, já que a

AUDIT procede a verificações regulares em obediência a um plano de trabalho previamente aprovado pela Administração Superior, e a COTEP realiza mapeamento de processos que permite melhor distribuição de atividades, com redução de custos e incremento de resultados.

O ambiente de TI continua merecendo atenção especial por parte da Governança, no atendimento às áreas operacionais da Instituição, com vista a permitir transferência automatizada de arquivos e ampliar a disponibilização de relatórios gerenciais pela utilização de ferramentas apropriadas.

A Governança estabeleceu medidas de ajustes nos apontamentos realizados pelo BACEN, permitindo a Autarquia vislumbrar ações práticas de aperfeiçoamento operacional.

Buscar-se-á dar continuidade à atual forma de atuação do SCI, dada às conquistas e resultados alcançados até o momento.

Brasília - DF, 18 de julho de 2013.

ALDEMIR MENDES DA SILVA
Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RELATÓRIO SEMESTRAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº - Setor Militar Urbano - CEP 70.630-902 - Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Semestral Resumido referente ao semestre findo em 30 de junho de 2013.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou 7 (sete) reuniões referentes ao primeiro semestre de 2013, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;
- Supervisionou as atividades da área de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos;
- Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;
- Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras;

O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2013, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o exercício findo em 30 de junho de 2013.

Brasília, 20 de agosto de 2013.

JAIRO ALVES DOS SANTOS
Coordenador
GEN CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO - Membro do COAUD
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES - Membro do COAUD
JORGE LUCIO ANDRADE DE CASTRO - Membro do COAUD

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX

Brasília - DF
Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 20 de agosto de 2013.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5